

ATA DA 70ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), participaram na **modalidade online: representantes da sociedade civil:** Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC), Felipe Candin (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Ricardo Maes (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Maria del Carmen (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ana Ludvig (Centro de Direitos Humanos de Brusque) e **representantes governamentais:** Marcos Espíndola (Secretaria de Estado da Educação – SED), Sílvia Cantarino (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) e Mayara dos Santos Modolon (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC) **convidados:** a senhora Ivone Perassa (Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua), Sara Santos (estagiária da Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos) e Erli Aparecida Camargo (Fórum de Mulheres do Mercosul –FMM). A **plenária é aberta (1)** pela vice-presidente Celina Rinaldi Duarte (IGENTES) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, justificou a ausência do presidente Fabrício (Acontece) que teria ficado sem energia elétrica. Na sequência a vice-presidente solicitou a secretária que verificasse o quórum e fizesse a leitura da ordem do dia. A secretária após informar que havia **quórum suficiente, ponto (2)** para as deliberações fez a **leitura da ordem do dia (3)** para aprovação. A pauta foi reorganizada pela conselheira Celina que informou os pontos (5) e (9) se referirem ao mesmo assunto e o ponto (8) ser complementar a esses dois, que seria sobre a Política Habitacional no estado. A vice-presidente explicou que a Comissão, após discutir esses assuntos em reunião decidiu por buscar mais elementos, entender um pouco mais para construir uma Resolução mais ampla sobre a política habitacional. Todos aprovaram a retirada dos 3 (três) pontos de pauta. Feito o ajuste a pauta foi **aprovada por unanimidade**. Quanto as **justificativas de ausências (4)**, a secretária comunicou que justificaram ausência os conselheiros: Fabrício (Acontece), Maicon de Medeiros (SAS), Ana Carolina (SEF), Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) e Lucilene Binsfeld (CUT-SC), sendo que essas duas últimas entidades estavam representadas por seus titulares. A secretária informou que a representante titular da SAS, a gerente Débora estava em outra reunião extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) que iria entrar com atraso. Dando continuidade a reunião Celina fez a leitura do **Plano de Trabalho da Comissão de Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais (6)** para aprovação e considerações. A conselheira Maria de Carmen apontou alguns problemas quanto a apresentação do Plano de Trabalho, o primeiro deles seria quanto a aprovar um Plano de trabalho com previsão para até 2027 e o outro ponto seria quanto a previsão de atribuições que seriam pertinentes ao CEDH e não a uma Comissão. A conselheira manifestou não estar de acordo com a forma dos encaminhamentos previstos dando a entender que o CEDH estaria dando autonomia suficiente para a Comissão realizar vistorias, solicitar documentos, e demais atribuições sem passar pelo pleno. **Encaminhamento: Realizar o ajuste na redação do Plano de Trabalho, fazendo referência que os trabalhos da Comissão serão sujeitos a aprovação do pleno e deixar sinalizado para a próxima gestão sobre a necessidade de se criar uma Comissão Permanente.** Na sequência foi iniciado o **ponto (7) apresentação e aprovação do Relatório da visita da Comissão as ocupações Beira Rio e Mestre Moa, na Palhoça.** Com relação a vistoria em Naufragados a Comissão de Conflitos Fundiários do CEDH

54 foi convidada pela Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça de
55 Santa Catarina (TJ/SC). Antes de iniciar o seu relato, Celina (IGENTES) informou
56 ter ido juntamente com outros membros da Comissão do CEDH: senhor Murilo,
57 representando o Padre Pedro, o padre Vison e o Jefferson, representando as
58 brigadas, fazer uma visita a Comissão de Conflitos Fundiários do TJ/SC, onde
59 foram recepcionados pelo desembargador Nadal, atual presidente da Comissão e
60 seu assessor Daniel. A vice-presidente explicou que até aquele momento a
61 Comissão do TJ/SC não teria atuado em nenhum processo específico, porém foram
62 iniciados os trabalhos nas ocupações do Vale das Palmeiras, Contestado e
63 recentemente em Naufragados e dia 17 de julho previsto para Barra Velha. Celina
64 (IGENTES) mencionou que essa seria uma matéria nova para o TJ/SC e o
65 desembargador estaria acessível para buscar soluções. Quanto a vistoria de
66 Naufragados, Celina (IGENTE) relatou que estavam presentes o desembargador
67 Nadal, um juiz de Joinville, que teria sido juiz agrário, o prefeito, o procurador
68 municipal, um vereador, um deputado, representantes do Instituto do Meio
69 Ambiente (IMA), representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente de
70 Florianópolis (FLORAM) e o defensor Marcelo Scherer (DPESC), muitas casas
71 foram visitadas, uma igreja, um casarão –sede dos pescadores e a partir dessa
72 visita a vice-presidente mencionou ter redigido um relatório. Esse documento
73 recomenda o resguardo daquela população tradicional observando as
74 condicionantes ambientais, recomenda chamar o INCRA para atestar que se trata
75 de uma população tradicional a partir de um laudo antropológico, chamar o Instituto
76 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN devido a questão material e
77 imaterial do local e que sejam juntados os processos porque se tratam de vários
78 processos separados, com defesas frágeis ou ausentes, para que seja considerado
79 um conflito coletivo e ser tomada uma ação conjunta na solução do problema
80 relatado. Ricardo Maes (CUT-SC) explicou que a Vara Agrária em geral apresenta
81 soluções pacíficas quanto as ocupações rurais no estado e falou da importância da
82 reunião dos processos. O conselheiro demonstrou preocupação quanto a não a
83 quantidade de judicialização e explicou que em geral as desocupações ocorrem
84 com as populações mais vulneráveis e sugeriu tentar o diálogo e soluções políticas,
85 o diálogo institucional com o poder judiciário e demais poderes. Celina (IGENTES)
86 complementou sua fala expondo que quando as demolições são feitas, todos os
87 acessos ao local são trancados e as pessoas são impedidas de retirarem seus
88 pertences dentro de casa. O **relatório** referente a ocupação de **Naufragados** é
89 **aprovado por unanimidade**. Dando continuidade a reunião, a palavra foi cedida a
90 convidada senhora Ivone Perassa (Pastoral Nacional do Povo da Rua) que se
91 apresentou como coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua, e seu
92 esforço ao longo dos anos para fixar a metodologia de fato no estado de Santa
93 Catarina. A convidada mencionou que são feitas visitas a várias cidades no estado
94 para pulverizar essa metodologia com a população de rua. Ivone (Pastoral) disse
95 que o estado em relação a esse assunto age como assistencialismo emergencial,
96 sendo a maior parte de seus trabalhos voltados a serviços de oferta de alimentos e
97 cobertas e poucas ações de escuta, de formação para o fortalecimento ou
98 organização desse público. Segundo seu relato, o que ficou constatado nessas
99 visitas foram ações higienistas por parte dos municípios, sendo comum o uso de
100 gás lacrimogêneo, cassetete e mais recentemente a prática de jato d'água à noite
101 e as internações involuntárias. Concluiu afirmando que são poucos os municípios
102 que oferecem condições de higiene, pernoite ou refeição. Ressaltou que como não
103 existe um censo não tem como afirmar, mas estariam ocorrendo muitas mortes no
104 estado. A sugestão foi **apresentar ao estado e aos municípios propostas** em
105 relação a mudança de concepção e metodologia de atendimento à população em
106 situação de rua. A vice-presidente Celina (IGENTES) questionou a convidada
107 Senhora Ivone sobre como estaria a pauta do Movimento. Foi respondido que há
108 algum tempo foi proposto ao estado um Projeto de Lei para serem criadas Políticas

109 Públicas direcionadas a População em situação de rua, Ivone (Pastoral) explicou
110 que devido à ausência dessas Políticas no estado, cada município age por conta
111 própria sem nenhum tipo de orientação. Acrescentou ao seu relato conversa com a
112 Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) que teria
113 respondido sobre a criação de uma Comissão Específica para pensar em Políticas
114 Públicas direcionadas a população em situação de rua, mas que o PL não teria sido
115 apresentado à Assembleia Legislativa. Foi relatado conversas com alguns
116 deputados que se colocaram favoráveis, mas estariam aguardando o
117 encaminhamento pelo estado. A convidada levantou a possibilidade do PL ser
118 encaminhado pelo núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado
119 ao Legislativo. A conselheira Maria del Carmen (IMDH-UFSC) informou a
120 convidada que o CEDH criou essa Comissão, a secretária do conselho
121 complementou que no dia 26 de junho estava agendada uma reunião, e poderia ser
122 discutido esse ponto. Celina (IGENTES) questionou ao pleno se caberia ao CEDH
123 apresentar uma Recomendação para que o estado apresente o PL referido e em
124 paralelo, conforme sugestão da dona Ivone (Pastoral) a criação de abrigos de
125 inverno. Os conselheiros Maria del Carmen (IMDH-UFSC) e o Ricardo Maes (CUT-
126 SC) propuseram a aprovação da elaboração do documento, que ficaria a cargo da
127 Comissão Específica. Ricardo Maes (CUT-SC) complementou as falas anteriores
128 para que seja aprovado o encaminhamento do PL, assim como a implementação
129 das Políticas Públicas de fato, pois existem diretrizes gerais que podem ser
130 seguidas pelo estado mesmo na ausência de lei. A ex-conselheira e convidada Eri
131 Camargo (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM) sugeriu que o texto da
132 Resolução Recomendativa sensibilize o (s) seu (s) destinatário (s) e que esses sejam
133 bem escolhidos. A outra sugestão seria encaminhar documento para a Secretaria
134 de Estado da Casa Civil (SCC), Setor Jurídico da SAS e para a Assembleia
135 Legislativa de Santa Catarina (ALESC) para descobrir onde se encontra o PL.
136 **Encaminhamento: (1) Elaboração de Resolução Recomendativa pela**
137 **Comissão Específica da População de Rua para encaminhamento de PL ao**
138 **Poder Legislativo, com a previsão das Casas de abrigo. (2) Encaminhamento**
139 **de ofício para a SAS e ALESC pela Mesa Diretora para saber o local em que**
140 **se encontra o PL.** Dando prosseguimento a reunião foi iniciado o **ponto (10)**
141 **Proposta de envio de requisição de documentos para o município de**
142 **Florianópolis, Ministério das cidades e Caixa Econômica Federal sobre os**
143 **projetos do PAC.** A vice-presidente contextualizou para entendimento de todos a
144 origem da proposta. Celina (IGENTES) explicou que tem conhecimento por meio
145 dos processos em que atua, pedido de Regularização Fundiária Urbana – REURB,
146 envolvendo o maciço do Morro da Cruz e existem relatórios que mostram que a
147 REURB não pode ser feita pela Prefeitura nesse momento porque a região está
148 dentro do Projeto daquela região firmado em 2008 entre o município e o Ministério
149 das cidades. O PAC previa vários projetos que foram executados sendo que a
150 última etapa seria a regularização fundiária, porém o município, que tinha prazo até
151 2021, não conseguiu cumprir. A sugestão da vice-presidente seria elaborar uma
152 requisição ao município para que apresente esses projetos, que não se encontram
153 nos processos. Celina (IGENTES) informou que em alguns desses locais a
154 prefeitura quer retirar as pessoas e mencionou um segundo PAC, sendo que o
155 primeiro ainda não teria sido finalizado. **Encaminhamento: Requisitar a**
156 **prefeitura, Caixa Econômica Federal e Ministério das cidades documentos**
157 **para obtenção de maiores informações.** Quanto aos **informes das**
158 **Conferências Mesorregionais (11)**, esse ponto ficou suspenso por conta da
159 ausência da conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) que coordenou o evento. O
160 conselheiro Nasser Haidar Barbosa (CDH Maria da Graça Braz) fez a divulgação
161 da Conferência Mesorregional de Joinville e informou sobre a alteração do local em
162 virtude de dificuldades em reservar o espaço em faculdade a qual leciona. A
163 conselheira Ana Ludvig (CDH Brusque) comentou sobre as movimentações na

164 preparação da Conferência da Mesorregião de Blumenau, com mais de 60
165 (sessenta inscritos) e comentou que esse evento está gerando um maior
166 fortalecimento e articulação entre os órgãos dos municípios. Em relação as **ações**
167 **da última plenária (12)**, a secretária mencionou o encaminhamento os convites e
168 movimentação para a realização das Conferências Mesorregionais e demais
169 encaminhamentos das Comissões do CEDH. Na sequência foi colocada em
170 votação a **minuta da ata da plenária extraordinária do dia 27 de abril de 2023**
171 **(13)**. A ata foi aprovada com abstenção de 1 (um) voto da conselheira Mayara
172 Modolon (SCC) por conta de ter assumido recentemente a cadeira no conselho e
173 não ter conhecimento do conteúdo do documento. A Ata é então **aprovada**. Por
174 fim, nos **informes gerais (14)** foi lembrado o dia 16 de junho sobre as eleições
175 das Organizações da Sociedade Civil às 14h, e a secretária do Conselho avisou
176 sobre a data prevista para a posse sendo o dia 26 de julho, dependendo do volume
177 das publicações. A vice-presidente Celina Rinaldi (IGENTES) solicitou que mesmo
178 não havendo a posse neste dia por qualquer motivo que seja mantida a plenária do
179 mês. Outro informe feito pela vice-presidente foi quanto ao recebimento de convite
180 feito pela Comissão de Conflitos Fundiários para o CEDH-SC participar de uma
181 vistoria técnica em ocupação no município de Barra Velha no dia 17 de julho, o
182 convite foi estendido ao grupo. Por fim, o último informe foi feito pela Celina Rinaldi
183 (IGENTES) foi quanto a um curso de formação de lideranças comunitárias, gratuito,
184 no dia 17 de julho, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
185 Santa Catarina – FETAESC, em Barreiros, São José, promovido pelo Instituto
186 Gentes de Direitos (IGENTES) juntamente com a Cáritas Brasileira, Ação Social
187 Arquidiocesana (ASA), Grupo Istepô e Instituto Caeté. A vice-presidente agradeceu
188 a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da
189 Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do
190 CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **0102FOTL**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 28/07/2023 às 13:21:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzAxMDJGT1RM> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **0102FOTL** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.